

Desenvolvimento Urbano Sustentável: o Papel dos Cidadãos

Maria Manuela Malheiro Dias Ferreira

Universidade Aberta
Lisboa – Portugal

Introdução

Os conceitos de “sustentabilidade urbana” e de “desenvolvimento urbano sustentável” não têm um carácter universal mas variam de acordo com as comunidades, com as suas realidades económicas, sociais e ambientais, com os seus valores e atitudes ligados às suas características culturais. Deste modo, será posto em evidência que problemas de desenvolvimento e de sustentabilidade só podem ser resolvidos mediante uma participação activa de cidadãos informados, que procurem conhecer as realidades a diferentes escalas, local, regional, nacional e mesmo global; compreendam as relações entre sociedade, economia e ambiente e entre a vida da sua comunidade urbana e de outras comunidades; tenham em conta as necessidades e direitos das gerações presentes e futuras; compreendam as relações entre poder, recursos e direitos humanos e saibam avaliar as consequências a diferentes níveis dos diferentes estilos de vida das populações e as respostas que os indivíduos e as organizações podem dar a diferentes problemas nomeadamente de âmbito local.

Sustentabilidade Urbana e Desenvolvimento Urbano Sustentável

O termo “desenvolvimento sustentável” foi pela primeira vez usado em 1972, no livro *The Limits to Growth* escrito por um grupo de cientistas americanos do MIT (Meadows *et al.*, 1972). O referido grupo analisou os factores básicos que podiam limitar o crescimento no planeta: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição. Eles concluíram que as tendências que se verificavam na altura conduziriam a que os limites de crescimento da sociedade humana seriam atingidos em cem anos. Após esse período de tempo seguir-se-ia um gradual declínio da população global e da produção industrial, devido essencialmente: a crescentes problemas resultantes do esgotamento de recursos, à poluição (incluindo a concentração de dióxido de carbono), à perda de solo arável e ao declínio da produção de alimentos que levariam a uma paragem do progresso. No entanto, afirmaram ser possível alterar as tendências do momento através da implementação de uma estabilidade ecológica e económica que fosse “sustentável” e permitisse o crescimento no futuro.

Vinte anos mais tarde o mesmo grupo de cientistas escreveram um segundo livro intitulado *Beyond the Limits* afirmando que apesar do consumo de recursos, da poluição e do aumento da população que continuava a verificar-se era ainda possível para a humanidade alterar o decurso dos acontecimentos e quanto mais cedo o fizesse melhor seria (Meadows *et al.*, 1992).

A Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland) elaborou em 1987 uma publicação intitulada *Our Common Future*, onde surge a definição mais generalizada de “desenvolvimento sustentável” – desenvolvimento que tem em conta as necessidades do presente sem pôr em risco a capacidade das futuras gerações em satisfazer as suas próprias necessidades.

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento que se realizou no Rio de Janeiro foi produzida uma declaração conhecida como *Agenda 21* que estabeleceu os princípios do “desenvolvimento sustentável”. O capítulo 7 da *Agenda 21* estabeleceu princípios relativos ao “desenvolvimento urbano sustentável” e o capítulo 28 que diz respeito à implementação dos princípios então estabelecidos refere que, em 1996, a maioria das autoridades locais em cada país deveria ter levado a cabo um processo de consulta da sua população e atingido um consenso das suas comunidades em relação à “Agenda Local 21”.

Em 1996 realizou-se em Istambul uma conferência designada por Habitat II “Cimeira da Cidade” que produziu um longo documento consensual sobre os princípios “do desenvolvimento sustentável dos aglomerados humanos num mundo em crescente processo de urbanização”. No documento então produzido intitulado “Agenda do Habitat” é adoptada como estratégia para um desenvolvimento urbano sustentável os princípios do parceria e participação, dado ser considerada a mais democrática e efectiva abordagem para a realização dos objectivos enunciados na referida agenda. As autoridades locais são reconhecidas como os parceiros mais próximos e essenciais para a implementação da “Agenda do Habitat”.

A década de 2005 a 2014 foi estabelecida pelas Nações Unidas como a década do “Desenvolvimento Sustentável”. Num documento produzido em 2005 sobre a “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” é afirmado que o conceito de “desenvolvimento sustentável” continua a evoluir, mas que compreende três áreas chave – sociedade, ambiente e economia, sendo a cultura uma dimensão subjacente.

A Sociedade: inclui a compreensão das instituições sociais e o seu papel na mudança e no desenvolvimento, assim como os sistemas democráticos e de participação que permitem a expressão de opinião, a escolha dos governantes, a formação de consensos e a resolução das diferenças.

Ambiente: inclui a compreensão da fragilidade do ambiente físico e dos recursos e os efeitos no ambiente da actividade humana e das decisões tomadas, e pressupõe um empenhamento em considerar os efeitos das políticas de desenvolvimento social e económico no ambiente.

Economia: pressupõe uma sensibilidade em relação aos limites e potencialidades do crescimento económico, e um empenhamento em avaliar os efeitos dos níveis de consumo pessoais e sociais no ambiente e na justiça social.

A cultura é considerada como uma forma de estar, de relacionamento, de comportamento, de acreditar e de actuar das populações, que tem que ser tida sempre em conta, mas que está em constante processo de mudança.

Finalmente e centrando-nos no tema desta comunicação Virgínia W. Maclaren (2004) faz a distinção entre os conceitos de “sustentabilidade urbana” e de “desenvolvimento urbano sustentável”. Para a autora “sustentabilidade urbana” é o conjunto de condições desejadas: ambientais, socioeconómicas, políticas e culturais que persistem ao longo do tempo; “desenvolvimento urbano sustentável” é o processo de acordo com o qual a “sustentabilidade urbana” pode ser atingida.

A mesma autora indica as características mais referidas da “sustentabilidade urbana” que são as seguintes:

- equidade intergeracional;
- equidade intrageracional - incluindo equidade social, equidade geográfica (necessidade de promover o crescimento económico e o bem-estar de uma comunidade sem provocar a degradação de outra (ou outras) comunidade(s), Haughton e Hunter, 1994) e equidade no poder de decisão (*governance*);

- conservação do ambiente (devendo as populações viver de acordo com as suas capacidades);
- utilização mínima de recursos não renováveis;
- auto-confiança comunitária;
- vitalidade e diversidade económica;
- bem-estar colectivo e individual;
- satisfação das necessidades individuais;
- autonomia comunitária (poder local com autonomia de decisão);
- preservação da diversidade cultural.

Segundo V. W. Maclaren (2004) não existe uma única e “melhor” definição de sustentabilidade urbana, porque diferentes comunidades desenvolvem conceptualizações mais ou menos diversas de “sustentabilidade urbana”, dependendo das suas actuais condições económicas, ambientais e sociais e dos seus juízos de valor. Deste modo, um conjunto de indicadores seleccionados para medir o progresso no que diz respeito aos objectivos da “sustentabilidade” a atingir por uma comunidade podem não ser necessariamente adequados para medir o progresso de outra comunidade. No entanto, a autora põe em evidência que existem alguns indicadores que devem ser comuns a todas as comunidades e que dizem respeito a aspectos ambientais, económicos e sociais e que devem possuir as seguintes características: serem integradores, isto é, reflectirem as relações existentes entre as dimensões económicas, ambientais e sociais da “sustentabilidade”; terem em conta o futuro, pois devem atender aos princípios da equidade intergeracional; terem em conta a equidade intrageracional e ainda serem estabelecidos mediante a contribuição de muitos membros da comunidade.

Cidadania Activa para um Desenvolvimento Urbano Sustentável

O “desenvolvimento sustentável” constitui uma prioridade do século XXI e implica que os membros de uma comunidade, os cidadãos, adquiram conhecimentos que contribuam para melhorar as suas percepções em relação aos problemas ambientais, sociais e económicos, modifiquem as suas atitudes face ao ambiente e demonstrem empenhamento em práticas de cidadania activa, a diferentes níveis do local ao global, para um mundo mais igualitário e sustentável

O “desenvolvimento sustentável” implica ainda que os cidadãos adquiram conhecimentos, valores e competências necessárias a uma participação nas decisões acerca da forma como actuamos local e globalmente, para melhorar a qualidade de vida hoje, sem pôr em risco o futuro do planeta. (Ferreira, M. M., 2002; Ferreira, M. M. *et all*, 2000).

Os conceitos-chave do “desenvolvimento sustentável” que todos os cidadãos devem conhecer são os seguintes (ACCAC, 2002):

- *Interdependência* – reconhecer que as populações, o ambiente e a economia são inextricavelmente ligados a todos os níveis, do local ao global;
- *Cidadania* – reconhecer a importância de se responsabilizar e de desenvolver actividade individual para fazer do mundo um lugar melhor;
- *Necessidades e Direitos* – compreender as suas próprias necessidades básicas e os direitos humanos e as implicações das acções tomadas hoje em relação às necessidades das gerações futuras;

- *Diversidade* - compreender, respeitar e valorizar a diversidade humana - cultural, social e económica – e a biodiversidade;
- *Mudanças sustentáveis* - entender que os recursos são finitos e que isto tem implicações para os estilos de vida das populações e para as actividades ligadas ao comércio e à indústria;
- *Bem-estar* - reconhecer que a equidade e a justiça globais são elementos essenciais do desenvolvimento sustentável e que as necessidades básicas devem ser universalmente satisfeitas;
- *Incerteza e precaução* – reconhecer que há uma variedade de vias possíveis para o desenvolvimento sustentável e para a cidadania global e que as situações estão a alterar-se constantemente, donde resulta uma necessidade de flexibilidade e aprendizagem ao longo da vida.
- *Valores e percepções* – necessidade de realizar uma avaliação crítica de imagens e da informação acerca das partes do mundo menos e mais economicamente desenvolvidas, e de compreender o efeito das imagens e da informação nas atitudes e nos valores individuais.
- *Resolução de conflitos* - entender como os conflitos constituem uma barreira para o desenvolvimento e um perigo para todos e ainda porque razão há necessidade de os resolver e de promover uma harmonia entre os povos.

Existe ainda um conjunto de habilidades (*skills*) atitudes e valores que os cidadãos devem desenvolver:

Habilidades (*skills*):

- *Espírito crítico*
- *Capacidade de discussão*
- *Capacidade de desafiar a injustiça e as desigualdades*
- *Respeito pelas pessoas e pelas coisas*
- *Sentido de cooperação e de resolução de conflitos*

Valores e atitudes:

- *Sentido de identidade e de auto estima*
- *Interesse pelos outros*
- *Preocupação com a justiça e a equidade sociais*
- *Valorização e respeito pela diversidade*
- *Preocupação com o ambiente e empenhamento pelo desenvolvimento sustentável*
- *Crença de que os indivíduos podem fazer a diferença.*

O “desenvolvimento sustentável” implica portanto que os cidadãos conheçam as:

- Relações entre sociedade, economia e ambiente e entre as suas vidas e as vidas das populações que vivem noutras partes do mundo;
- Necessidades e direitos das gerações presentes e futuras;
- Relações entre poder, recursos e direitos humanos;
- Consequências locais e globais de tudo o que fazem e as respostas que os indivíduos e as organizações podem dar aos problemas locais e globais.

Um cidadão do século XXI deve possuir as seguintes características:

- a capacidade de abordar problemas como um membro de uma sociedade global;
- a capacidade de trabalhar de uma forma cooperativa com outros e tomar a responsabilidade pelos seus deveres e direitos em relação à sociedade;
- a capacidade de compreender, aceitar, apreciar e tolerar diferenças culturais;
- a capacidade de pensar de uma forma crítica e sistemática;
- a disponibilidade em resolver conflitos de uma forma não violenta;
- a disponibilidade em alterar o estilo de vida e hábitos de consumo para proteger o ambiente;
- a capacidade de ser sensível e defender os direitos humanos;
- a disponibilidade e a capacidade de participar politicamente a nível local, nacional e internacional.

A “cidadania” compreende quatro dimensões:

- *A dimensão pessoal* que compreende o desenvolvimento da capacidade pessoal para e o empenhamento num comportamento cívico caracterizado por hábitos de reflexão, saúde e acção, individual e socialmente responsáveis.
- *A dimensão social* que diz respeito ao reconhecimento, de que embora as qualidades pessoais sejam essenciais, não são suficientes. Os cidadãos devem estar aptos a empenharem-se em discussões e debates públicos, participar na vida pública, discutir questões e problemas respeitando ideias e valores diferentes dos próprios.
- *A dimensão espacial* que diz respeito à necessidade de os cidadãos participarem em comunidades locais, regionais, nacionais e multinacionais.
- *A dimensão temporal* que significa que os cidadãos ao debruçarem-se sobre problemas contemporâneos, não devem estar unicamente preocupados com o presente,

mas devem considerar também o passado e o futuro (Kubov, Grossman e Ninomiya, 1998).

Estudo de Caso

Foram observados cidadãos de uma freguesia do Concelho de Lisboa que reflectiram acerca dos problemas locais e procuraram soluções adequadas, nomeadamente no que respeita à conservação e reabilitação do património edificado, aos espaços verdes, transportes, lazer e desporto, bem-estar da comunidade, associativismo e segurança.

Os cidadãos mostraram relativamente ao conjunto de habilidades (*skills*) atitudes e valores que referimos anteriormente:

- Espírito crítico;
- Respeito pelas pessoas e pelas coisas;
- Sentido de cooperação;
- Interesse pelos outros;
- Preocupação com a justiça e a equidade sociais;
- Valorização e respeito pela diversidade;
- Preocupação com o ambiente e empenhamento pelo “desenvolvimento sustentável”;
- Crença de que os indivíduos podem fazer a diferença.

Cidadãos mostraram ainda:

- Conhecimento restrito da freguesia;
- Conhecimento ainda mais restrito das freguesias vizinhas e portanto evidenciaram dificuldades em considerar a complementaridade das freguesias no que diz respeito a equipamentos e serviços;
- Dificuldades em considerar as necessidades das gerações futuras (previsão);
- Dificuldades em ter em conta os diferentes pontos de vista numa discussão.

Cidadãos reconhecem que em conjunto:

- Adquirem um maior conhecimento das realidades locais e valorizam mais a cooperação com outras freguesias.

Conclusões

O “desenvolvimento urbano sustentável” tem aspectos ambientais, sociais e económicos comuns a todas as comunidades urbanas, mas dadas as diferentes condições em que se processa o desenvolvimento dessas comunidades e as diferenças culturais que apresentam, o desenvolvimento urbano sustentável possui também aspectos que são específicos de uma determinada comunidade.

Os cidadãos necessitam conhecer as realidades e os problemas inerentes a um desenvolvimento sustentável a diferentes escalas, da local à global e desenvolver um certo número de competências, atitudes e valores que lhes permitam exercer individualmente e em

conjunto uma cidadania activa em prol de em desenvolvimento que tenha em conta não só as necessidades actuais mas as necessidades das gerações futuras.

Referências bibliográficas

ACCAC - Awdurdod Cymwysterau, Cwricwlwm ac Asesu Cymru (Qualifications, Curriculum and Assessment Authority for Wales) (2002). *Education for Sustainable Development and Global Citizenship*, Birmingham: ACCAC Publications, <http://www.esd-wales.org.uk/english/Teacher%20Education/Integrating%20ESDGC/Concepts.htm>

Ferreira, M. M. (2001). «A Educação para a cidadania em Portugal – Evolução e Tendências Actuais», in *Discursos*, vol. V. Lisboa: Universidade Aberta, p. 59-66.

Ferreira, M. M. (2002). “Environment and Citizenship: from the local to the global”, in R. Gerber & M. Williams (Eds,) *Geography, Culture and Education*, Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, pp. 115-125.

Ferreira, M. M., Miranda, B. M. and Alexandre, F. (2000). «Educação para a Cidadania: tendências actuais», in *Actas do Encontro Internacional de Educação para os Direitos Humanos*. Lisboa: IIE, pp. 363-374.

Haughton, G. e Hunter, C. (1994). “Sustainable Development and Geographical Equity”, Paper presented at the Annual Conference of the Association of American Geographers: Chicago.

Kubov, P., Grossman, D. e Ninomiya, A. (1998). «Multidimensional Citizenship: Educational Policy for the 21st Century». In Cogan, J. J. e Derricott, R. *Citizenship for the 21st Century - An International Perspective on Education*. London: Kogan Page.

Maclaren, Virginia W. (2004). “Urban Sustainability Reporting” in Stephen M. Wheeler e Timothy Beatley, *The Sustainable Urban Development Reader*, London: Routledge, pp. 203-210.

Meadows, Donella H.; Meadows, Dennis I.; Randers, Jorgen e Beherens III, William W. (1972). *The Limits to Growth*, New York: Universe Books.

Meadows, Donella H.; Meadows, Dennis I. e Randers, Jorgen (1992). *Beyond the Limits*, Post Mills, VT: Chelsea Green.

Miranda, B.; Alexandre, F. e Ferreira, M. (2004). *Sustainable Development and Intercultural Sensitivity. New Approaches for a Better World*, Lisboa: Universidade Aberta.

The Habitat Agenda, in <http://www.unhabitat.org/unchs/english/hagenda/>.

United Nations (1992). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*, Rio de Janeiro, 3-14 Junho de 1992 in <http://www.un.org/esa/sustdev/agenda21/text.htm>.

World Commission on Environment and Development (The Brundtland Commission) (1987). *Our Common Future*, New York, Norton.